

## Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo  <b>Gestão de TI</b>	Código	Folha nº
	<b>F.DIAT.XX.00</b>	<b>1/4</b>

### INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Requisitante*:	DIATI	Número do Processo*:	2024/336
------------------------	-------	----------------------	----------

### HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
12/03/2024	1.0	Criação do documento	Integrante técnico

### DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

#### Identificação das necessidades de negócio

MPLS, ou MultiProtocol Label Switching, é uma tecnologia de encaminhamento de pacotes baseada em rótulos (labels) que funciona, basicamente, com a adição de um rótulo nos pacotes (O MPLS é indiferente ao tipo de dados transportado, pelo que pode ser tráfego IP ou outro qualquer) à entrada do backbone (chamados de roteadores de borda). Então todo o encaminhamento pelo backbone passa a ser feito com base neste rótulo. Comparativamente ao encaminhamento IP, o MPLS torna-se mais eficiente uma vez que dispensa a consulta das tabelas de roteamento.

Este protocolo permite a criação de Redes Virtuais Privadas garantindo um isolamento completo do tráfego com a criação de tabelas de "labels" (usadas para roteamento) exclusivas de cada VPN. Além disso é possível realizar QoS (Quality of Service) com a priorização de aplicações críticas, dando um tratamento diferenciado para o tráfego entre os diferentes pontos da VPN. QoS cria as condições necessárias para o melhor uso dos recursos da rede, permitindo também o tráfego de voz e vídeo.

A redes baseadas na tecnologia MPLS possibilitam um tráfego diferenciado com Multimídia (Voz, Vídeo e Dados) e aplicações críticas, com garantias aplicáveis de QoS, através das seguintes classes de serviço.

O caráter emergencial da contratação se dá em virtude da necessidade de manutenção do serviço enquanto são finalizados os trâmites finais do Pregão Eletrônico nº 005/2024, inserido no processo nº 2022/7180, incluindo o tempo necessário para transição entre o atual contrato e o contrato que o sucederá. O prazo contratual para transição é de 120 dias.

Frise-se que o processo de contratação 2022/7180 foi aberto tempestivamente em 02/05/2022, dentro do prazo mínimo exigido no Ato Normativo 48/2019. Contudo, somados os tempos de planejamento da contratação, trâmites internos precedentes à fase externa da licitação, deflagração da fase externa, recepção de pedidos de impugnação e posterior suspensão do certame, conversão da licitação às novas regras da lei 14.133/2021, deflagração de um novo certame, fase de lances, adjudicação e homologação, totalizaram um tempo muito superior ao estimado para a conclusão do feito e, por consequência, sobreveio o risco de não haver um contrato válido, assinado, que possa suceder em tempo hábil o contrato anterior, o 19/2018.

Sendo assim, com o fito de mitigar qualquer risco relacionado à falta de amparo contratual ao serviço atualmente prestado, considerando que o contrato 19/2018 não oferece margem para uma nova prorrogação, formulamos esta demanda com o objetivo de celebrar um contrato emergencial até a sucessão completa do serviço, amparado por um novo contrato.

#### Identificação das necessidades tecnológicas

- Serviço de Comunicação de Dados – VPN/MPLS.
  - Total de 88 circuitos de dados MPLS.

## Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo  <b>Gestão de TI</b>	Código	Folha nº
	<b>F.DIAT.XX.00</b>	<b>2/4</b>

- Largura de banda variável entre 40mbps e 60mbps dependendo da categoria do circuito de dados.
- Links full-duplex.
- Serviço ponto a ponto Serviço ponto a ponto (Sede do Tribunal de Justiça ao Fórum Des. Jairon Maia Fernandes).
  - Link ponto a ponto de 40gpbs entre a Sede do TJAL o Fórum da Capital.
  - Dupla abordagem do circuito.
- SLAS comuns a ambos os serviços:
  - Disponibilidade de, no mínimo, 99,4%.
  - Taxa de perda de pacotes de até 2%.
  - Latência de até 20ms para circuitos da capital e 30ms para circuitos do interior.
  - Severidade dos chamados devem ser classificadas como crítica (até 1 hora para solução definitiva), urgente (até 2 horas para solução definitiva) ou normal (prazo negociado com o cliente no atendimento do chamado).

### Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

#### ESTIMATIVAS DA DEMANDA - QUANTIDADES DE BENS E SERVIÇOS

- Qual a estimativa de quantidades?
- Descreva o método de levantamento da estimativa das quantidades a serem contratadas, incluindo memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte (contratos anteriores, experiências de outros órgãos...), de modo a possibilitar a economia de escala.

- Total de 90 pontos de acesso.
- Largura de banda variável entre 40mbps e 60mbps dependendo da categoria do circuito de dados.

#### ANÁLISE DE SOLUÇÕES

- Existem alternativas no mercado?
- Existe software público brasileiro?
- A melhor alternativa é a aquisição de bens ou contratação como serviço?

#### IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

##### Descrição da solução (ou cenário)

1	Prestação de serviço emergencial de rede privada via IP/MPLS
---	--

#### ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da	Solução 1			X



## Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo  <b>Gestão de TI</b>	Código	Folha nº
	<b>F.DIAT.XX.00</b>	<b>3/4</b>

Administração Pública?				
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X

### PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Id	Descrição da Solução (ou cenário)	Valor
1	Prestação de serviço emergencial de rede privada via IP/MPLS	R\$2.835.002,16

### REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

### ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

#### CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

#### Solução Viável 1

#### Descrição

Prestação de serviço emergencial de rede privada via IP/MPLS

#### Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo

**S1: PREÇO ANUAL DO SERVIÇO DA REDE MPLS POR UNIDADE = [(B + C)\*12]** R\$2.394.740,64

**S2: PREÇO ANUAL DO SERVIÇO PONTO A PONTO = [(E + F)\*12]** R\$440.261,52

**S3: PREÇO ANUAL TOTAL DOS SERVIÇOS = S1 + S2** R\$2.835.002,16

Memória de cálculo detalhada está presente na proposta comercial anexa.

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

## Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo  <b>Gestão de TI</b>	Código	Folha nº
	<b>F.DIAT.XX.00</b>	<b>4/4</b>

Trata-se de uma contratação para suprir emergencialmente o serviço de rede privada através de IP/MPLS, atualmente prestado através do contrato 19/2018, enquanto não são vencidas as etapas de licitação, assinatura de contrato e implantação do mesmo serviço em tramitação através do processo nº 2022/7180.

Tendo em vista que o acesso aos sistemas informatizados providos pelo TJAL e a interligação das unidades para acesso aos serviços internos (intranet), assim como a possibilidade de acesso à internet exercem papel preponderante para que este Egrégio Tribunal consiga satisfazer com efetividade sua missão institucional, espera-se, com esta contratação, a manutenção e de um ambiente com alta disponibilidade e desempenho para sustentação desses serviços.

São previstos a manutenção de 88 circuitos de rede, além da manutenção do circuito ponto a ponto (2 acessos), para atender a todos as unidades judiciais e administrativas espalhadas pelo Estado.

### ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$2.835.002,16 (dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, dois reais e dezesseis centavos), dividido em 12 parcelas.

### DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara ser viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a Resolução CNJ nº 468 de 15 de julho de 2022.

### APROVAÇÃO E ASSINATURAS

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Despacho ID 1990893 no Processo Administrativo 2024/336.

Conforme o Guia de Contratações de TI da Resolução CNJ nº 468/2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Demandantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

Maceió, 18 de março de 2024

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<hr/> Christiano Rossini Martins Costa Analista Judiciário	<hr/> Magno Vitorio de Farias Fragoso Diretor da DIATI	<hr/> Rodrigo Silva Mendes Analista Judiciário



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

## Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo  <b>Gestão de TI</b>	Código	Folha nº
	<b>F.DIAT.XX.00</b>	<b>5/4</b>

### AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)

\_\_\_\_\_  
Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto Mayor  
Juíza Auxiliar da Presidência

Maceió, 18 de março de 2024